



A influência das teorias do desenvolvimento no debate do rural sustentável: das teorias voltadas ao progresso até a sustentabilidade

Raimundo Christian Oliveira Soares^a

Resumo: O debate sobre desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural, traz consigo convergências de ideias, que vão da questão temporal a questões ideológicas. Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é fazer um breve debate sobre a evolução dessa discussão, partindo da ideia de desenvolvimento como crescimento até chegar no debate mais atual, sobre desenvolvimento e sustentabilidade. A pesquisa está dividida em três momentos, onde, primeiro trazemos as principais ideias que estão vinculadas ao desenvolvimento como crescimento, depois o desenvolvimento territorial e, por fim, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Utilizamos a pesquisa bibliográfica como metodologia, trabalhando com as principais teorias do desenvolvimento. As teorias do desenvolvimento possuem grande influência nas teorias e ações voltadas para o desenvolvimento rural..

a Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Estudante de Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: raimundo.soares.unila@gmail.com.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade.
Rural. Território.

The influence of development theories in the sustainable rural debate: From theories focused on progress to sustainability

Raimundo Christian Oliveira Soares^a

Abstract: The debate on development, sustainable development and rural development brings with it convergences of ideas, ranging from temporal issues to ideological issues. Therefore, the objective of this research is to make a brief debate on the evolution of this discussion, starting from the idea of development as growth until reaching the most current debate, on development and sustainability. The research is divided into three moments, where, first we bring the main ideas that are linked to development as growth, then territorial development and finally sustainable development and sustainability. We used bibliographic research as a methodology, working with the main theories of development. Development theories have great influence on theories and actions aimed at rural development.

Keywords: Development. Sustainability. Rural. Territory.

a Master in Public Policy and Development. Ph.D. Student in Sustainable Rural Development at the Western Paraná State University – UNIOESTE. E-mail: raimundo.soares.unila@gmail.com.

La influencia de las teorías del desarrollo en el debate de lo rural sustentable De las teorías centradas en el progreso a la sustentabilidad

Raimundo Christian Oliveira Soares^a

Resumen: El debate sobre desarrollo, desarrollo sustentable y desarrollo rural trae consigo convergencias de ideas, que van desde cuestiones temporales hasta cuestiones ideológicas. Por tanto, el objetivo de esta investigación es realizar un breve debate sobre la evolución de esta discusión, partiendo de la idea de desarrollo como crecimiento hasta llegar al debate más actual, sobre desarrollo y sustentabilidad. La investigación se divide en tres momentos, donde, primero traemos las ideas principales que se vinculan con el desarrollo como crecimiento, luego el desarrollo territorial y finalmente el desarrollo sustentable y la sustentabilidad. Utilizamos como metodología la investigación bibliográfica, trabajando con las principales teorías del desarrollo. Las teorías del desarrollo tienen gran influencia en las teorías y acciones dirigidas al desarrollo rural.

Palabras clave: Desarrollo. Sustentabilidad. Rural. Territorio.

a Maestría en Políticas Públicas y Desarrollo. Estudiante de Doctorado en Desarrollo Rural Sostenible en la Universidad Estadual del Oeste de Paraná – UNIOESTE. Correo electrónico: raimundo.soares.unila@gmail.com.

1. Introdução

Por um longo tempo temos discutidos o que é desenvolvimento, como tornar um país desenvolvido ou como fazê-lo crescer, porém, crescer e desenvolver não são sinônimos. O que leva um país ou região a ser desenvolvido não é apenas seu crescimento econômico, progresso ou modernização, e nossa experiência nesses conceitos não foram tão positivas (SANCHES, 2004).

Com o desenvolvimento rural a linha de raciocínio é semelhante, pois muitas das decisões tomadas nessa esfera foram baseadas no crescimento econômico. Diante disso, essa pesquisa teve como objetivo fazer um breve debate a respeito da evolução das discussões envolta do desenvolvimento, partindo da ideia de crescimento econômico até chegar no debate mais atual, que abrange o desenvolvimento sustentável, e como esses temas tiveram importância na discussão do desenvolvimento rural sustentável.

Para cumprir tal objetivo, a pesquisa foi dividida em três momentos, onde começamos falando do desenvolvimento vinculado ao crescimento econômico, progresso e modernização, assim como os impactos dessa ideologia. No segundo momento trouxemos a visão do desenvolvimento territorial, assim como alguns conceitos de território e sua relação com o desenvolvimento. Esse tópico nos trouxe uma visão de desenvolvimento focada no local ou regional, com uma perspectiva endógena. Por último, discorreremos sobre o desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento rural sustentável. Aqui discutimos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, assim como a relação ou influência que os temas possuem no debate da agricultura sustentável.

Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, para analisar as obras de acordo com a relevância que tinham em determinado período.

Chegamos à conclusão de que a discussão realizada no presente trabalho tem importante relação com o desenvolvimento rural e a produção de alimentos, pois a partir das teorias debatidas conseguimos fazer uma ponte com as ações tomadas, assim como os impactos, na esfera rural.

2. Um breve debate sobre as principais linhas do desenvolvimento

O desenvolvimento é um conceito que possui várias vertentes e camadas, com o período o qual é debatido como fator chave. Diante disso, o intuito desse tópico é fazer um breve debate das principais ideias iniciais sobre o desenvolvimento e como esses conceitos influenciaram no debate do desenvolvimento rural.

Acreditamos ser interessante trazer alguns conceitos de forma temporal. Pensando nisso, nos baseamos no trabalho de Biggs e Ellis (2001), onde os autores fazem um corte temporal dos anos 1950 até 2000, e trabalham a evolução do debate em volta do desenvolvimento rural.

Após a segunda guerra mundial, o ambiente no mundo era de reconstrução de países destruídos afetados pelos combates, o que fomentou as teorias de desenvolvimento, e a discussão do crescimento econômico para os países. Além disso houve uma estratégia de expansão do capitalismo, por parte dos EUA, a fim de vencer as ameaças que a União Soviética trazia durante o período da guerra fria. Por outro lado, tínhamos os países latino-americanos que buscavam sair da condição de países subdesenvolvidos, com apostas no progresso industrial (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016, p. 7).

Durante os “trinta anos gloriosos” (entre 1945 e 1975) as teorias e políticas de desenvolvimento estavam voltadas para a modernização, onde o progresso era uma premissa dessas teorias, e havia a ideia de etapas a serem seguidas, para sair do

A influência das teorias do desenvolvimento no debate do rural... 88
subdesenvolvimento para o desenvolvimento (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016). Essa ideia também existia no meio rural, onde o campesinato era visto como algo atrasado, que precisava de modernização e mecanização, e é justamente nesse período (a partir da década de 1960), que inicia a revolução verde, que acabou não ficando apenas nos EUA, mas foi “vendida” como ideia de progresso para países subdesenvolvidos (BIGGS; ELLIS, 2001).

Seguindo o raciocínio do desenvolvimento como etapas, é indispensável trazer para esta pesquisa o trabalho de Rostow (1978), intitulado “As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista”, onde autor traz uma espécie de “fórmula” para o desenvolvimento, com passos ou estágios que os países poderiam seguir para conquistar o desenvolvimento. O autor trabalha com cinco etapas, as quais debateremos a seguir.

A primeira etapa ‘A sociedade tradicional’ tem como característica para o autor, a falta de recursos, onde a produção é escassa e atende somente as necessidades internas da economia, com a produção agrícola como principal ou única atividade econômica. Para o autor, as economias que estão neste modelo tendem à estagnação e não conseguem avançar para uma próxima etapa econômica. Nessas sociedades o poder estava nas mãos de quem possuía domínios de terras como podemos ver a seguir:

[...] o poder político central – sob uma ou outra forma- muitas vezes existisse em sociedades tradicionais, transcendendo a regiões relativamente autossuficientes, o centro de gravidade do poder político geralmente ficava nas regiões, nas mãos dos que detinham a posse ou controle da terra. O proprietário de terras mantinha influência flutuante, porém comumente profunda, sobre o poder político existente, apoiado por seus funcionários civis e soldados, inspirado por atitudes e controlado

por interesses que ultrapassavam as regiões (ROSTOW 1978, p. 18).

Rostow acreditava que as mudanças em uma sociedade tradicional, deveriam se dar por fatores internos, porém, as sociedades que não conseguissem fazer tais mudanças sociais internas estariam sujeitas a mudanças vindas de fora (CONCEIÇÃO, OLIVEIRA, & SOUZA 2016; ROSTOW, 1978).

Na segunda etapa, ‘As condições para o arranco’, o autor discorrerá sobre uma sociedade onde já existe um processo de transição, onde algumas atividades já estão mais desenvolvidas, já começa a ocorrer especializações de atividades e um início de modernização tecnológica. Segundo Conceição, Oliveira e Souza (2016), esse é o estágio com maior importância na obra de Rostow, pois é a partir daqui que as outras etapas serão moldadas. Um fato importante é que nesta etapa a sociedade ainda traz resquícios da sociedade tradicional, diante disso Rostow (1978, p. 33-34) indica uma série de orientações para esse momento de transição:

[...] A sociedade predominante agrícola – que tenha, de fato, geralmente 75% ou mais de sua força de trabalho empregados na agricultura – deve passar para um domínio da indústria, das comunicações, do comércio e dos serviços.

A sociedade cujo dispositivo econômico, social e político gira em torno da vida de regiões relativamente pequenas – sobretudo, autossuficientes – tem de orientar seu comércio e suas ideias para a nação e para um ambiente internacional ainda mais amplo.

O ponto de vista acerca da procriação – inicialmente a bênção residual e afirmação de imortalidade em uma vida árdua, de horizontes relativamente fixos – tem de se modificar de forma a ocasionar um declínio da taxa de natalidade, à proporção que a possibilidade de progresso e a redução da necessidade de mão de

A influência das teorias do desenvolvimento no debate do rural... 90
obra rural não-especializada criam um novo modo de encarar as coisas.

A renda acima dos níveis mínimos de consumo, grandemente concentrada nas mãos dos que detêm a posse de terras, há de ferro, escolas e fábricas, em vez de em casas de campo e empregados, adereços pessoais e templos.

Os homens devem passar a ser estimados na sociedade não em função de clã ou classe, ou mesmo de sua guilda, mas pela capacidade individual para desempenhar certas funções específicas, cada vez mais especializadas.

[...] deve ser difundido o conceito de que o homem não precisa olhar seu meio físico como fator praticamente dado pela natureza e pela providência, porém como um mundo ordenado que, se racionalmente compreendido, pode ser manejado de sorte a dar lugar a mudanças produtivas e, pelo menos em uma dimensão, progresso.

Observa-se que as orientações do autor têm, justamente, o propósito de dar início à transição, abandonando as principais características da sociedade tradicional e investindo no crescimento econômico, no empreendedorismo e na relação com o comércio exterior.

A terceira etapa, 'O arranco', é a fase em que não há mais barreiras que impeçam o desenvolvimento, ele segue normalmente em seu fluxo, guiado pelo aumento da industrialização, inclusive na agricultura, onde ela passa a ser industrializada. O autor atribui a industrialização papel fundamental para o desenvolvimento, como podemos ver a seguir:

No decurso do arranco, novas indústrias se expandem rapidamente dando lucros, dos quais

grande parte é reinventada em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças à necessidade aceleradamente crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de outros bens manufaturados, uma ulterior expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais modernas. Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda nas mãos daqueles que não só economizam a taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que se acham empenhados em atividades no setor moderno. A nova classe empresarial se amplia e dirige fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados (ROSTOW, 1978, p. 21).

Na quarta etapa, 'A marcha para a maturidade', é um momento que ocorre depois de 60 anos do arranco, onde a economia já está mais madura e desenvolvida economicamente, há maiores investimentos e transições de tecnologias, que tem como intuito aumentar e diversificar produtividade industrial, assim como dar maior independência à economia, como podemos ver a seguir:

Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos – se não a todos eles – os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para

produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir (ROSTOW, 1978, p. 22-23).

Na quinta etapa, 'A era do consumo em massa', é uma etapa onde a sociedade passa a ter poder de compra, ultrapassando o consumo apenas de produtos que são de necessidades básicas e partindo para o consumo de bens duráveis:

A proporção que as sociedades atingiram a maturidade no século XX, duas coisas aconteceram: a renda real por pessoa elevou-se a um ponto em que maior número de pessoas conseguiu, como consumidores, ultrapassar necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário; e a estrutura da força do trabalho modificou-se de maneira tal que não só aumentou a produção da população urbana em relação à total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializados – conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida (ROSTOW, 1978, p. 23).

A teoria de Rostow, traz alguns problemas, dentre eles, os autores Conceição, Oliveira e Souza (2016), apontam a questão do subdesenvolvimento como apenas uma fase, por onde os países deveriam passar, e que se seguissem os passos dos países desenvolvidos chegariam ao mesmo nível, porém, sabemos que essa teoria apenas serviu de ferramenta de disseminação da ideia de progresso, causando grandes impactos negativos, como desigualdade social, endividamento externo e no caso da América Latina, forte intervenção do Estado com políticas de modernização, chegando inclusive a instaurações de ditaduras militares.

O problema do progresso e crescimento econômico não é apenas um problema na teoria de Rostow (1978), mas sim um

problema que circulou entre diversos autores e governos durante e depois da guerra fria. A visão de desenvolvimento como crescimento acabou se disseminando entre a sociedade e a própria comunidade científica, porém, com o passar do tempo notou-se que “aos poucos foi ficando cada vez mais claro que o crescimento econômico pode não só não contribuir para que o conjunto da sociedade alcance uma situação de bem-estar, como pode igualmente contribuir para que aumente a desigualdade entre ricos e pobres” (FAVARETO, 2006, p. 45).

Seguindo a lógica do desenvolvimento, mais vinculado ao crescimento econômico, temos a obra de Schumpeter, onde o autor evidencia o papel da inovação para o desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento ocorre quando há mudanças na vida econômica, mas que não são influenciadas por fatores externos, surgem de dentro da economia (SCHUMPETER, 1997). “Essas mudanças surgem no âmbito da produção, e não do consumo. Assim como os demais autores clássicos, ele privilegia, em seu modelo de desenvolvimento, a oferta”, porém, para Schumpeter o fundamental – diferente de outros autores clássicos – é o papel que a inovação tem ao gerar desequilíbrio no sistema, levando a uma nova configuração, com novos produtos que serão consumidos devido ao seu caráter inovador (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2016, p. 20).

Uma das críticas ao modelo de Schumpeter é sobre os atores envolvidos no processo de inovação, para o autor, o empresário ou empreendedor é o ator chave para o desenvolvimento de inovações, porém esse empreendedor necessita de um ambiente propício para a produção de inovações, onde ele possa ter financiamentos e investimentos em pesquisa, algo que não se encontrava nos países subdesenvolvidos no ambiente dos empreendedores, logo esse modelo se aplicaria apenas a alguns países já desenvolvidos (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2016). Os autores também afirmam que em países da América

Latina houve um ambiente de incentivo a inovação, porém, o Estado era a força propulsora de inovação, diferente da teoria de Schumpeter onde o empresário era essa força. Isso fica evidente quando vamos na pesquisa de Biggs e Ellis (2001) e vemos os incentivos do Estado, entre os anos 1970 e 1980, na tecnificação da agricultura, com políticas de crédito para modernização, indução de inovações, e criação da “Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da própria Companhia Brasileira de Tratores (CBT) – e disseminando essas tecnologias entre os agricultores, principalmente através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)” (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2016, p. 26).

Outra visão de desenvolvimento, bastante discutida que partiu da América Latina, é a de Celso Furtado, onde o autor discute o subdesenvolvimento na América Latina. Para Furtado (1971) “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”, diferente da ideia de Rostow (1978), na qual o subdesenvolvimento é apenas uma etapa.

O debate que Furtado traz sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, parte das discussões cepalinas, que envolvem a ineficiência do processo de industrialização, processo esse estimulado pelo Estado em suas políticas de modernização. Para os autores cepalinos, o processo de industrialização em países periféricos criou uma estrutura pouco diversificada, que acabou aumentando o subdesenvolvimento e a dependência (devido ao endividamento externo feito para sustentar a produção de bens mais técnicos) (CASSOL; NIEDERLE, 2016).

Para Furtado o processo de industrialização na América Latina, não foi capaz de criar as condições necessárias para a ampliação do consumo da minoria, e esse é um ponto chave para o desenvolvimento, como podemos ver a seguir:

Desenvolvimento passa a ser, portanto, a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de mais alta produtividade. Mais precisamente: o principal fator causante da elevação de produtividade na economia dependente já industrializada parece ser a diversificação imitativa dos padrões de comportamento das minorias de alta rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população. (FURTADO, 1971, p.228).

O que resulta dessa falta de diversificação e de consumo, assim como a especialização em certos tipos de produção e a importação de bens não produzidos pela indústria local, que seriam consumidos pela elite nacional, resulta no processo de subdesenvolvimento, que pode ser melhor definido como:

O subdesenvolvimento é uma condição estrutural dos países pouco industrializados (os latino-americanos), pelo fato de que, nesses países, as inovações nos padrões de consumo – e a adoção de um estilo de vida nos moldes dos países centrais – não suscitaram, como contrapartida, a adoção de métodos produtivos eficazes. Em suma, o processo de modernização não pode ser completado nos países periféricos, na medida em que há um descompasso entre os padrões de consumo e os métodos produtivos (CASSOL; NIEDERLE 2016, p. 33).

O que fica evidente com o trabalho de Furtado é que em um sistema capitalista as diferenças entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos vai existir, devido a especialização dos países periféricos em algumas atividades e a necessidade de

A influência das teorias do desenvolvimento no debate do rural... 96
consumo de produtos vindos de fora, essa especialização de atividades, vinculada aos fracos padrões de consumo levam os países a não alcançar o desenvolvimento descrito pelo autor.

A partir da década de 1990 o debate a respeito do desenvolvimento com uma base mais social começa a crescer – visto a percepção de que desenvolvimento não é apenas crescimento econômico – e alguns autores começam a ganhar mais destaque nesse debate. Para Favareto (2006), que traz em sua tese três linhas de desenvolvimento e entre elas a linha mais social, um desses autores é Amartya Sen, que discute a questão do desenvolvimento, mas diferente das ideias clássicas, onde a modernização e o crescimento econômico são sinônimos de desenvolvimento, para Sen, existem outras questões que são mais relevantes, como a liberdade política, o acesso à educação e saúde, como podemos ver a seguir:

O crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto) ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). De forma analógica, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências (SEN, 1999, p.16).

O autor não descarta a importância do crescimento do Produto Nacional Bruto ou das rendas individuais, porém, como vimos, outros aspectos são relevantes. Isso é algo interessante

porque o autor acaba sinalizando que nos países chamados desenvolvidos também há questões que vão contra o conceito trabalhado pelo autor. Como exemplo, o autor traz o caso do desemprego na Europa, que implica em privações na população, ou também o caso da população afro-americana nos Estados Unidos, que possui uma baixa taxa de sobrevivência, se comparada com países classificados como subdesenvolvidos (SEN, 1999).

Freitas et al. (2016, P. 56) elaboram e trazem os principais conceitos trabalhados por Amartya Sen:

- INTITULAMENTOS = MEIOS: são os condicionantes ou ativos que caracterizam recursos que os indivíduos possuem.
- Liberdades políticas: direitos civis, liberdade de expressão, de voto, direito de escolha informativa etc.
- Facilidades econômicas: consumo, condições de troca, renda, riqueza.
- Oportunidades sociais: educação, saúde, emprego (com foco na vida privada).
- Garantias de transparência: relações de confiança (institucional ou individual)
- Segurança protetora: rede de segurança social, habitação, saneamento, aposentadoria, transporte etc.
- FUNCIONAMENTOS = FINS (realizações): são os resultados das várias combinações de intitamentos, repercutindo, então, na liberdade que uma pessoa tem para levar a vida da forma que deseja. (Exemplos: estar bem nutrido, livre de doenças, ter boa

saúde, ter um bom emprego etc.; ou conquistas mais complexas, como ter respeito próprio, ser feliz, fazer parte da vida da comunidade etc.).

Esses conceitos levam ao ponto central de desenvolvimento para Sen, que parte da capacidade de ter liberdade de escolhas, onde os indivíduos conseguem fazer uso de alguns dos conceitos citados acima.

A obra de Sen é importante porque contribuiu com a nova linha de discussão sobre desenvolvimento, passando a considerar aspectos essenciais para a vida das pessoas e rompendo com a ideia de crescimento econômico como fator principal para o desenvolvimento.

Em relação ao desenvolvimento da zona rural, durante bastante tempo houve uma relação do tema com as teorias de desenvolvimento como crescimento econômico, isso se deu também pelas ações e políticas adotadas pelo Estado que visavam a modernização do rural (SCHNEIDER, 2010). Porém, é importante destacar que a partir dos anos 2000 novas teorias e ideias começam a complementar o tema sobre desenvolvimento, trazendo o foco para os atores de determinada região, com foco na participação social e diminuição da pobreza (BIGGS; ELLIS, 2001).

No próximo tópico falaremos um pouco mais sobre o desenvolvimento territorial e como ele contribui no debate do desenvolvimento rural.

3. Uma breve discussão sobre o desenvolvimento territorial e território

Com as pesquisas de Veiga (2001) e Abramavoy (2006) *apud* Schneider (2010), os estudos sobre desenvolvimento rural começaram a ter outros segmentos, levando em consideração aspectos locais ou territoriais, introduzindo assim outra linha de

desenvolvimento, a do desenvolvimento territorial, que para os autores acaba destacando as relações que agricultura familiar possuem com as instituições de determinado território.

Atualmente o foco do debate está em outras formas de desenvolvimento, assim como Pecqueur (2009) traz em seus trabalhos, quando propõe “um novo modelo de desenvolvimento territorial baseado nos conceitos de qualidade e especificidade”, levando em consideração a presença do agente para promoção do desenvolvimento.

Para alimentar a discussão do desenvolvimento territorial primeiro devemos trabalhar alguns conceitos de território, necessários para compreender a dinâmica de desenvolvimento em determinado território. Para Schneider (2009, p. 4, 5 e 6), o conceito de território pode ser visto a partir de três paradigmas que podemos ver a seguir:

O primeiro paradigma tende a definir o território a partir da interação dos humanos com o espaço. Resultam daí formas de uso e de transformação do espaço, espaços criados, espaços construídos ou espaços transformados. [...] esta perspectiva também pensa o espaço na sua dimensão instrumental e normativa, no sentido de que um determinado lugar pode ser demarcado e apropriado por aqueles que são capazes de mantê-lo sob sua guarda e domínios.

O segundo paradigma das ciências sociais que trata do conceito de território refere-se à visão dos estudiosos que pensam o território a partir das relações entre as dimensões imateriais, culturais e simbólicas, com o espaço. [...] neste paradigma a questão central das relações entre os humanos e os territórios passa pela construção das identidades e da criação de códigos e normas que criam elos sociais entre

indivíduos que ocupam determinado espaço e comungam entre si valores e sentimentos de pertencimento a um grupo.

O terceiro paradigma das ciências sociais que lida com o conceito de território inscreve-se no amplo campo dos estudos de economia, do planejamento e da geografia do desenvolvimento. Nesta perspectiva, o conceito de território é associado ao de região, sendo muitas vezes tratado como sinônimo. A preocupação com o espaço-região é uma questão fundamental para a geografia possibilista.

Nota-se com os conceitos acima, que o território possui características multidimensionais, trazendo a relevância de fatores institucionais ou normativas, as relações sociais entre os atores de um determinado território e a própria questão física de um território, visto que as outras características em maioria são intangíveis.

Haesbaert (2004) traz uma concepção semelhante a essa, dizendo que o território pode ter dimensionado pela vertente política (são as ações e relações entre os atores dentro do território), a cultural (que remete ao simbolismo e valores no território), a econômica (representa as relações econômicas ou de mercado, também estão ligadas as disputas dos atores no que se refere as questões capital-trabalho) e a naturalista (relação que os atores possuem com a natureza e meio ambiente).

Para Baldi (2005), o território é caracterizado pelos conflitos oriundos dos atores nele inseridos, que podem partir tanto das relações de poder quanto de reciprocidade. Isso evidencia a ideia de Raffestin (1993), que afirmava que o território surge das ações dos atores, que acabam influenciando um processo de territorialização, ou a identidade do território.

Pode-se dizer que a territorialização, ou o próprio território surge de uma construção histórica, que é oriunda das relações de

poder que envolvem a sociedade e o espaço geográfico (nesse caso a parte física do território), logo o território possuirá uma dimensão subjetiva (os conflitos e ações), que remeterá na identidade do território, e terá a dimensão objetiva, que seria as demarcações políticas de um território (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Saquet (2019), afirma que “é necessário vincular o desenvolvimento ao território, mais especificamente às suas singularidades sociais e naturais”, para o autor o desenvolvimento territorial é fundamentado nas relações de confiança e de reciprocidade, além da questão identitária do território, que traz aspectos ambientais, políticos, culturais e econômicos.

O desenvolvimento territorial traz uma perspectiva endógena, que vai de contra as tendências externas do mercado capitalista. Diferente das imposições econômicas, vindas da ideia clássica de crescimento econômico, ou as imposições globais externas que buscam impor aos territórios o que eles devem produzir (BENKO; PECQUEUR, 2001; PECQUEUR, 2009) no desenvolvimento territorial as características locais são o que impulsionam o desenvolvimento, levando em consideração fatores locais como a cultura, o social e político, que não se regulam exclusivamente pelas tendências do mercado (MACKE; SARATE 2015).

Para Schneider (2009) “O território desempenha o papel de uma variável explicativa no desenvolvimento porque o espaço cessa de ser apenas um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias dos atores individuais e das firmas”, isso faz com que as estratégias de desenvolvimento partam de dentro do território, levando em consideração as demandas da comunidade. Para o autor, esse conceito (levando em consideração a data da pesquisa de Schneider), se apresenta bastante versátil e vem evoluindo juntamente a pesquisas, políticas públicas e apoio de governos,

A influência das teorias do desenvolvimento no debate do rural... 102
porém é importante ficar atento quanto a experimentação, avaliação e as repostas dessas iniciativas.

4. A sustentabilidade como base para o desenvolvimento rural

Os modelos de desenvolvimento baseados no crescimento econômico não foram suficientes para solucionar o problema dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, as receitas e planos não conseguiram sanar a pobreza e a fome. Atualmente, seguimos tentando solucionar esses problemas e alguns mais que foram criados, devido ao uso descontrolado de recursos não renováveis.

Iniciativas como a Conferência de Estocolmo (1972), Protocolo de Montreal (1987), Eco-92 (1992), Protocolo de Kyoto (1997), Rio +10 (2012), Rio +20 (2010) e Acordo de Paris (2015), surgiram com intuito de debater os impactos ambientais causados pelo uso de recursos não renováveis, frutos de políticas desenvolvimentistas voltadas ao crescimento econômico e progresso.

Cláudia e Souza (2017), destacam a apropriação e uso indiscriminado do conceito de desenvolvimento sustentável em falas governamentais e em políticas de desenvolvimento após as conferências, o que causava certo receio de que o tema se tornasse apenas mais uma teoria de desenvolvimento voltada para o progresso.

As autoras associam o problema do discurso sobre desenvolvimento sustentável ao fato do conceito não ter um consenso, ser amplo e adaptável, por outro lado, o conceito acaba tendo a mesma base em todas as concepções, como podemos ver a seguir:

O conceito de Desenvolvimento Sustentável permanece impugnado devido as diferentes posições tomadas em relação ao que pode ser considerado justo. É tão amplo e genericamente

aplicável que sua imprecisão o torna inoperante e aberto ao conflito de interpretações. Por sua vez, quase todas as definições publicadas sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável têm como base princípios da sustentabilidade, por exemplo, a perspectiva de longo prazo, importância fundamental das condições locais, compreensão da evolução não linear dos sistemas ambientais e humanos (CLÁUDIA; SOUZA, 2017).

As ideias por trás do desenvolvimento sustentável possuem basicamente três vertentes, a econômica (e aqui se segue a ideia de desenvolvimento), a dimensão que atende as necessidades sociais das pessoas, atendendo problemas com a educação, saúde e estilo de vida (dimensão social), e as questões que incluem recursos naturais, como a pesca consumo de combustíveis fósseis e tudo o relacionado ao ambiente (dimensão ambiental) (ALVES; FERNANDES 2020; CLÁUDIA; SOUZA 2017).

É necessário atentar-se quanto a relação desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, pois existe, no conceito de desenvolvimento sustentável, uma tendência ao lado econômico, pensando primordialmente na necessidade material, assumindo ideologias ecológicas, porém que são usadas apenas para mascarar o discurso desenvolvimentista (BOFF, 2016; FREITAS, 2012).

Na construção da sustentabilidade temos uma visão mais multidimensional, diferente do conceito de desenvolvimento sustentável, onde em algumas vertentes não são levadas em consideração as questões culturais de uma comunidade de maneira mais endógena. Diante disso decidimos trazer alguns critérios para sustentabilidade na Quadro 1, pensados por Ignacy Sanches.

Quadro 1 – Critérios de sustentabilidade

Critérios	Características
Social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social. Distribuição de renda justa. Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente. Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Mudanças no interior da comunidade. Autoconfiança combinada com abertura para o mundo. Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas).
Ecológica	Limitar o uso dos recursos não-renováveis. Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis.
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas. Melhoria do ambiente urbano. Superação das disparidades inter-regionais. Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Econômico	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado. Segurança alimentar. Inserção soberana na economia internacional. Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica.
Política (nacional)	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos. Um nível de coesão social. Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores.
Política (internacional)	Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional. Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade. Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios. Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução da gestão do meio ambiente e dos recursos naturais. Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional herança comum da humanidade.

Fonte: Sanches (2002).

Os critérios para sustentabilidade de Sanches nos dão uma visão mais ampla do tema, trazendo vários elementos importantes para a configuração interna/local e para a externa/internacional, proporcionando um modelo de vida. Nesse sentido Cláudia e Souza (2017) acreditam que “A Sustentabilidade é um projeto a ser alcançado pelo planeta e o Desenvolvimento Sustentável pode vir a ser o melhor caminho para tornar este projeto possível”, logo o desenvolvimento sustentável seria um caminho para se chegar a um projeto de sustentabilidade.

A sustentabilidade começa a ganhar destaque na agricultura, quando se percebe que as políticas e teorias desenvolvimentistas vinculadas à modernização, não abrangem questões ambientais, causando impactos negativos no ecossistema, assim como em esferas territoriais (levando em consideração os aspectos já trabalhados no tópico anterior), isso fez com que a sociedade buscasse outras formas de produção, vinculadas a alguns conceitos da sustentabilidade (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY 2019).

Segundo Paterniani (2001), a agricultura sustentável necessita estar atenta às mudanças e necessidades que surgem na sociedade, especialmente no que diz respeito ao aumento da população, assim como as questões relacionadas ao meio ambiente. Porém, também é necessário pensar em como produzir para mais pessoas sem degradar ainda mais o meio ambiente.

Uma possível solução para essa questão é justamente os princípios da agricultura sustentável, com destaque para a agricultura familiar sustentável, agroecologia, agricultura orgânica, agricultura natural, agricultura biológica, dentre outras formas de produção que visam uma maior relação com a natureza (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 2015; PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY 2019).

Segundo Pasqualotto, Kaufmann e Wizniewsky (2019), podem-se considerar como elementos que caracterizam a

A influência das teorias do desenvolvimento no debate do rural... 106
agricultura sustentável os que se seguem:

- Descentralização do poder, controle local e diversificado;
- Baixa dependência de insumos de fora da propriedade e do complexo do agronegócio, inclusive do crédito rural;
- Harmonia com a natureza, o homem e a natureza são inseparáveis e estão interconectados;
- Baseado em práticas que estimulam a diversidade biológica em todos os níveis do sistema produtivo;
- Comprometimento com a conservação dos recursos a longo prazo;
- Importância da cooperação entre os agricultores e da necessidade das comunidades rurais.

Tais características trazem interessantes elementos discutidos no tópico de desenvolvimento território, como a questão da importância da participação local, onde a dinâmica ocorre de maneira endógena, a relação que os atores possuem com o território ou natureza e a relação de reciprocidade na comunidade, que pode ser resultado de relações de conflitos no território. Assim como também, temos elementos oriundos da própria sustentabilidade ou ecologia, que visam a boa relação e o bom uso de recursos naturais.

O desenvolvimento rural sustentável, assim como a sustentabilidade, tem um caráter multidimensional, sendo preciso ser analisado a partir de uma visão interdisciplinar, onde possamos entender como diferentes segmentos podem se relacionar e gerar resultados positivos, baseados nos valores da comunidade vinculada.

A agricultura sustentável possui papel fundamental no combate à fome e insegurança alimentar, estando inclusive em pauta nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas mostrando a relevância que o

tema possui para órgãos mundiais e a necessidade de debater as novas formas de produção e valores na agricultura familiar.

5. Considerações finais

A presente pesquisa teve como foco fazer um breve debate a respeito da evolução do desenvolvimento, partindo da ideia de crescimento econômico até chegar em um debate mais atual sobre desenvolvimento sustentável, e como esses temas tiveram importância na discussão do desenvolvimento rural sustentável.

Em um primeiro momento trouxemos as ideias iniciais do desenvolvimento vinculado ao crescimento econômico, progresso e modernização. Para isso, analisamos brevemente alguns autores como Rostow, Furtado, Schumpeter e Amartya Sen, que foram essenciais para a construção e debate sobre desenvolvimento. Esse tópico nos leva a refletir sobre os impactos da ideologia do crescimento econômico, progresso e modernização a qualquer custo.

No segundo momento fizemos a discussão a partir da visão do desenvolvimento territorial, trazendo alguns conceitos de território e como ocorre o desenvolvimento dentro dele. Esse tópico é interessante porque nos faz pensar no desenvolvimento mais local, focado na comunidade regional, e em suas demandas. Aqui o desenvolvimento surge da comunidade, a partir das dinâmicas que acontecem entre os atores no território, um aspecto endógeno e que perpassa a perspectiva física da região.

Na terceira parte da pesquisa trouxemos a discussão para o desenvolvimento sustentável, onde conseguimos identificar a sustentabilidade como foco nesse tema. O desenvolvimento sustentável, por ainda trazer traços da dinâmica apenas econômica de desenvolvimento, pode ser visto então como um caminho para se chegar na sustentabilidade.

A discussão realizada no presente ensaio tem importante relação com o desenvolvimento rural e a produção de alimentos,

A influência das teorias do desenvolvimento no debate do rural... 108
pois, a partir dela conseguimos relacionar diferentes momentos e teorias a ações que foram tomadas, assim como os impactos dessas ações na agricultura. O desafio de agora é analisar os impactos (positivos ou negativos) das novas teorias que estão relacionadas a sustentabilidade e desenvolvimento rural. Com o impacto da pandemia do COVID-19 em 2020, temos uma boa oportunidade para expandir essa pesquisa, observando e analisando como as teorias e políticas sustentáveis supriram ou não as necessidades desse momento.

Referências

ALVES, Elia Elisa Cia; FERNANDES, Ivan Felipe de Almeida Lopes. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: uma transformação no debate científico do desenvolvimento?

Meridiano 47, Journal of Global Studies, [S. l.], v. 21, 2020. DOI: 10.20889/M47e21010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/29887>.

Acesso em: 28 abr. 2022.

BALDI, M. Discutindo territorialidade, rede e o conceito de campo: contribuições para uma perspectiva contextualizada.

Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 4, n. 3, p. 1-15, 2005. Disponível em:

<https://Periodicos.Ufpe.Br/Revistas/Gestaoorg/Article/View/21593/18287>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 31-50, 2001. Disponível em:

<https://Periodicos.Ufsc.Br/Index.Php/Geosul/Article/View/14006/12841>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BIGGS, Stephen; ELLIS, Frank. Evolving Themes In Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy**

Review, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001. DOI: 10.1111/1467-

7679.00143. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-7679.00143>.

Acesso em: 28 abr. 2022.

BOFF, L. **Sustentabilidade O Que É? - O Que Não É?** Petrópolis: Vozes, 2016.

CASSOL, A.; NIEDERLE, P. A. Celso Furtado e a Economia Política do Desenvolvimento Latinoamericano. *In*: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 28-37. Disponível em:

<http://Www.Ufrgs.Br/Cursopgdr/Downloadserie/Derad101.Pdf>

. Acesso em: 28 abr. 2022.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre Souza. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, p. 17-35, 2017. Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2437/Pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves de; SOUZA, Dércio Bernardes de. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. *In*: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Org.); **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. , p.11-16. Disponível em:

<http://Www.Ufrgs.Br/Cursopgdr/Downloadserie/Derad101.Pdf>

. Acesso em: 28 abr. 2022.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-graduação em Ciência

A influência das teorias do desenvolvimento no debate do rural... 110

Ambiental, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://Teses.Usp.Br/Teses/Disponiveis/90/90131/Tde-24042008-113514/Pt-Br.Php>. Acesso em: 28 abr. 2022.

FREITAS, J. **Sustentabilidade:** direito ao futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FREITAS, Tanise Dias *et al.* Sem e o desenvolvimento como liberdade. *In*: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 50-62. Disponível em: <http://Www.Ufrgs.Br/Cursopgdr/Downloadsserie/Derad101.Pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1971.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. Controvérsias em torno da globalização. **Etc... Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 3, n. 5, p. 7-20, 2007. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio%20globalizacao.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MACKE, Janaina; SARATE, João Alberto Rubim. Desenvolvimento territorial e capital social: elementos, conexões e proposta de avaliação de territórios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 3, p. 56-79, 2015. Disponível em: <https://Www.Rbgdr.Net/Revista/Index.Php/Rbgdr/Article/View/1965/464>. Acesso em: 28 abr. 2022.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ONU. Transformar Nuestro Mundo: la Agenda 2030 Para El Desarrollo Sostenible. **Asamblea General**, v. 15900, p. 40, 2015.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Santa Maria: Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, 2019. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/09/MD_Agricoltura_Familiar.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

PATERNIANI, Ernesto. Agricultura sustentável nos trópicos. **Estudos Avançados [online]**, v. 15, n. 43, p. 303-326, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300023>. Acesso em: 28 abr. 2022.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política e Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 79-105, 2009.

PIVOTO, Diession; CARUSO, Cintia de Oliveira; NIEDERLE, Paulo André. Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org.); **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.17-27. Disponível em: <http://Www.Ufrgs.Br/Cursopgdr/Downloadserie/Derad101.Pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento**

A influência das teorias do desenvolvimento no debate do rural... 112

econômico. 6.ed. Rio De Janeiro, 1978.

SANCHES, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. Resenha de “Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI” de José Eli da Veiga. **Ambiente & Sociedade [online]**. 2004, v. 7, n. 2, p. 214-215.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31770216>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SAQUET, M. A. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. **Informe Gepec**, v. 23, N. 0, p. 25-39, 2019. Disponível em: <http://Saber.Unioeste.Br/Index.Php/Gepec/Article/Viewfile/22719/14380>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SCHNEIDER, Sergio. Território, ruralidade e desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, J. G. F. (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/726.pdf>
. Acesso em: 28 abr. 2022.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy [online]**. v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SCHUMPETER, J. A. **teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo:
Companhia das Letras, 1999.